



Diário Oficial do Município de Cordeiro

Ano 03

Nº 17

Acesso
Online

Órgão Oficial do Município - 28 de Março de 2019

Editor-chefe: **JOÃO PEDRO CORREIA PEREIRA**

AVISO DE LICITAÇÃO **PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2019**

OBJETO: Ref. a aquisição de veículos médios, zero quilômetro, tipo passeio, destinados ao uso do CREAS/CASA DE ACOLHIMENTO e do CRAS RODOLFO conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos I e II do edital.

LOCAL E DATA: 15 de Abril de 2019, às 14h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordeiro.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2019, disponível **EXCLUSIVAMENTE** no site <http://www.cordeiro.rj.gov.br/>, a partir do dia 29 de Março de 2019.

Valor estimado/máximo: **R\$ 126.486,66**.

Cordeiro, 26 de Março de 2019.

KELLY SILVA BONIFÁCIO
Pregoeira

LEI N.º 2327/2019

“DISPÕE SOBRE: ABRE CRÉDITO ADICIONAL POR ASSINATURA DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO” O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir através de Decreto Crédito Adicional no valor de R\$ 398.500,00 (trezentos e noventa e oito mil e quinhentos reais).

Art. 2º - Os recursos para atender o art. 1º são provenientes de convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cordeiro e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através do contrato de repasse OGU nº 882227/2018, proposta nº 028850/2018.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de março de 2019.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

DECRETO N.º 025/2019

“PERMUTA SERVIDORAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE CORDEIRO E NOVA FRIBURGO.” O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar a servidora **MARCELE KNUPP FRANÇA**, matrícula n.º 300121288, Professor II – 1º Segmento/Educação Infantil, do Município de Cordeiro, com a servidora **RENATA FACCHINI DE SIQUEIRA LEONARDO**, matrícula n.º 106499, Professor I – Educação Infantil, do Município de Nova Friburgo.

Art. 2º - A presente permuta não trará perdas nos vencimentos e vantagens das permutadas, obedecendo assim seus direitos permitidos, de acordo com o Art. 13 – Capítulo III, Da Remoção, inciso IV, da Lei Municipal nº 385/1991.

Art. 3º - A permuta ora realizada deve ser revalidada ao final de cada ano, mediante ato da Secretaria de Educação, onde a servidora permutada terá que comparecer a sua secretaria de origem.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, a contar de 12 de fevereiro de 2019, revogando as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 07 de março de 2019.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

PORTARIA N.º 026/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI RESOLVE:

DESIGNAR os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação de Imóvel, alugado no âmbito da administração pública, abrangendo atendimento as Secretarias Municipais, Fundos Municipais e Autarquias, a contar de 06 de janeiro de 2019.

- I. Daniel Curty Cariello da Silva – Assessor Jurídico – matrícula 080171070
- II. Alexandre Bezerra Leite - Assessor Jurídico - matrícula 80171026
- III. Heráclito Ortega Braga – Fiscal Tributário II – matrícula nº 20078074. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de janeiro de 2019.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO **PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2019**

OBJETO: Ref. a futura e eventual aquisição de medicamentos da Farmácia Básica para atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde, atendidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Cordeiro, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos I e II do edital.

LOCAL E DATA: 16 de Abril de 2019, às 09h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordeiro.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2019, disponível **EXCLUSIVAMENTE** no site <http://www.cordeiro.rj.gov.br/>, a partir do dia 29 de Março de 2019. Valor estimado/máximo: **R\$ 599.467,18**.

Cordeiro, 27 de Março de 2019.

KELLY SILVA BONIFÁCIO
Pregoeira

PODER EXECUTIVO

Luciano Ramos Pinto
PREFEITO

Maria Helena Coelho Pinto Vasconcellos
VICE-PREFEITA

Obney Américo do Espírito Santo
Procurador Geral Do Município

Sandra da Silva Laurindo
Controladora Geral do Município

Fabrcio Barros Pinto
Chefe de Gabinete e Sec. de Turismo

Thiago Romito Bon
Secretário de Fazenda

Bruno Badini
Secretário de Administração

Amilton Luís Ferreira de Souza
Secretário Geral de Governo

Vania Lúcia Vieira Huguenin
Secretária De Saúde

Renata Ferreira
Secretária De Assistência Social E Direitos Humanos

Pablo Renzi Peres Caruzo
Secretário De Planejamento E Orçamento

Telma Macêdo de Paiva
Secretário De Educação

Ailton Farinha Taveira
Secretário De Defesa Civil

Marcelo Pinheiro Henrique
Secretário Indústria, Comércio E Desenvolvimento Econômico

Márcio Sauerbron
Secretário De Agricultura

Luiz Antônio da Glória Medeiros
Secretário De Cultura

Luciano Lopes de Carvalho
Secretário de Obras e Urbanismo

Amarildo Lanes Luz
Secretário De Meio Ambiente

Solano Pereira Britto
Secretário De Trânsito

EXPEDIENTE:

O Diário Oficial do Município de Cordeiro é uma publicação da Prefeitura Municipal de Cordeiro, criado pela Lei 2157/2017. Órgão responsável Gabinete do Prefeito, Endereço: Avenida Presidente Vargas, nº 42/54, Centro, Cordeiro/RJ. CEP: 28.540-000.

Telefone: (22) 2551-0145.

SITE: www.cordeiro.rj.gov.br

E-MAIL: prefeitura@cordeiro.rj.gov.br

CNPJ: 28.614.865/0001-67

Editor-Chefe: JOÃO PEDRO CORREIA PEREIRA

Periodicidade: semanal

Disponível: www.cordeiro.rj.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO

CONTRATADA: WW DA SERRA VEÍCULOS LTDA

OBJETO: Ref. a aquisição de veículo médio, zero quilometro, tipo picape, destinado ao uso da Secretaria Municipal de Trânsito, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos I e II do edital e conforme especificação no pregão presencial nº 013/2019.

PRAZO: O Contrato será válido a partir da assinatura do mesmo por até 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado, aditivado em valor ou suprimido, conforme necessidade e entendimento da administração pública, de acordo com os artigos 57, II e 65 e seguintes todos do diploma legal nº 8666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Trânsito

PROGRAMA DE TRABALHO: 1001.067820028.1134

CÓDIGO DE DESPESA: 4.4.90.52.00

FONTE:04

DATA DA ASSINATURA: 21 de Março de 2019.

LUCIANO RAMOS PINTO

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Considerando a decisão da Sra. Pregoeira Substituta e sua Equipe de apoio, instituída pela portaria nº 012/2019, compostas pelos membros: Pregoeira: Kelly Silva Bonifácio e Equipe de Apoio: Bárbara de Souza Lima, Thais de Araujo Caeres e Thulio Prata Soares que classificou a empresa **ALTO PHARMA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME**, situado na Rua Dr. Julio Vieitas, 191, Loja 1 – Centro – São Sebastião do Alto/RJ, CEP: 28.550-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.956.760/0001-56 e **FARMÁCIA FARMAVIDA DE MACUCO LTDA**, situado na Rua Dr. Mario Freire Martins, 189, Loja A – Centro – Macuco/RJ, CEP: 28.545-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.824946/0001-84, como vencedora do edital do Pregão Presencial nº 014/2019, Ref. a futura e eventual aquisição de medicamentos excepcionais de Referência a serem fornecidos para os usuários do Sistema Único de Saúde com Mandado Judicial, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos I e II do edital. Considerando ser do interesse Público a Homologação da referida decisão: **HOMOLOGO** a decisão da Sra. Pregoeira Substituta e sua Equipe de Apoio que julgou e consideraram vencedoras do certame as empresas:

I ALTO PHARMA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME, situado na Rua Dr. Julio Vieitas, 191, Loja 1 – Centro – São Sebastião do Alto/RJ, CEP: 28.550-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.956.760/0001-56, com o valor global de R\$ 126.871,18 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e dezoito centavos).

II FARMÁCIA FARMAVIDA DE MACUCO LTDA, situado na Rua Dr. Mario Freire Martins, 189, Loja A – Centro – Macuco/RJ, CEP: 28.545-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.824946/0001-84, com o valor global de R\$ 57.258,34 (cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos). Dê-se ciência a firma vencedora, com determinação para as providências cabíveis e necessárias. Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

Cordeiro-RJ, em 22 de Março de 2019.

VANIA LÚCIA VIEIRA HUGUENIN

Fundo Municipal de Saúde de Cordeiro

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Considerando a decisão da Sra. Pregoeira Substituta e sua Equipe de apoio, instituída pela portaria nº 012/2019, compostas pelos membros: Pregoeira: Kelly Silva Bonifácio e Equipe de Apoio: Bárbara de Souza Lima, Francielle de Oliveira Silva e Thulio Prata Soares que classificaram as empresas **ROMEIRO & ROMEIRO COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELIME**, situado na Av. Presidente Vargas, 118 – Loja 18 – Centro – Cordeiro/RJ, CEP: 28540-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.596.357/0001-72, **CANAÃ DE CARMO DISTRIBUIDORA LTDA ME**, situado na Rua Armando Chaves Monteiro, 105 – Loja 01 – Boa Esperança – Carmo/RJ, CEP: 28640-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.542.335/0001-95 e **FARMÁCIA FARMAVIDA DE MACUCO LTDA**, situado na Rua Dr. Mario Freire Martins, 189, Loja A – Centro – Macuco/RJ, CEP: 28.545-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.824946/0001-84 como vencedoras do edital do Pregão Presencial nº 016/2019, Ref. a futura e eventual aquisição de material de higiene pessoal, para atendimento às diversas Secretarias Municipais, bem como à Rede Municipal de Ensino, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos I e II do edital.

Considerando ser do interesse Público HOMOLOGO a decisão da Sra. Pregoeira Substituta e sua Equipe de Apoio que julgou e consideraram vencedoras do certame as empresas:

- I. ROMERO & ROMERO COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI ME**, situado na Av. Presidente Vargas, 118 – Loja 18 – Centro – Cordeiro/RJ, CEP: 28540-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.596.357/0001-72, com o valor global de R\$ 102.470,10 (cento e dois mil, quatrocentos e setenta reais e dez centavos).
- II. CANAÃ DE CARMO DISTRIBUIDORA LTDA ME**, situado na Rua Armando Chaves Monteiro, 105 – Loja 01 – Boa Esperança - Carmo/RJ, CEP: 28640-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.542.335/0001-95, com o valor global de R\$ 2.975,00 (dois mil e novecentos e setenta e cinco reais).
- III. FARMÁCIA FARMAVIDA DE MACUCO LTDA**, situado na Rua Dr. Mario Freire Martins, 189, Loja A – Centro – Macuco/RJ, CEP: 28.545-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.824946/0001-84, com o valor global de R\$ 714,00 (setecentos e quatorze reais). Dê-se ciência a firma vencedora, com determinação para as providências cabíveis e necessárias. Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

Cordeiro-RJ, em 26 de Março de 2019.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

DECRETO Nº 027/2019

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2318/2018, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente da Câmara Municipal de Cordeiro, o crédito suplementar no valor de R\$ 66.398,92 (sessenta e seis mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos) para reforço de dotações que se tornaram insuficientes no exercício vigente.

Art. 2º - Os recursos para atender o art. 1º são decorrentes da anulação parcial de dotações orçamentárias da própria Câmara Municipal de Cordeiro, conforme demonstrativo abaixo:

Ficha	Programa de Trabalho	Nat.de Despesa	Fonte	Anulação	Suplementação
08	0101.0103100012.001	3390.30.00	00		30.000,00
11	0101.0103100012.001	3390.39.00	00		36.398,92
19	0301.0412201012.012	3390.39.00	00	2.000,00	
26	0401.0412300142.018	3390.91.01	00	18.398,92	
81	0801.1236100072.197	3390.30.00	00	3.000,00	
149	0801.1236500422.056	3191.13.02	00	12.000,00	
165	0801.1236600592.225	3390.30.00	00	11.500,00	
189	1001.1512200392.076	3191.13.02	00	19.500,00	
Totais:				66.398,92	66.398,92

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de março de 2019.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 004/2019
Pregão Presencial nº 006/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual fornecimento de peças e manutenção dos veículos da Frota Municipal, pelo maior desconto por lote, em conformidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos.

Detentor da Ata: Carlos José Pontes dos Reis ME, CNPJ 04.679.672/0001-26, Rua Rodolfo Tardin, n.º 57, Bairro Triângulo, Cantagalo – RJ CEP: 28500-000

Vigência da Ata: de 12 (doze) meses;

Data de Assinatura: 01/03/2019

Descontos registrados:

Valor Total: R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais)

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCONTO UNITÁRIO	MEDIA DESCONTOS DAS PEÇAS (dp)	DESCONTO TOTAL dt= 0,6*dp + 0,4*ds
LOTE 1	Peças Mecânicas para Veículos leves	16%	16%	16%
	Peças elétricas para Veículos leves	16%		
	Peças fumiliana / lanternagem para Veículos leves	16%		
	Prestação de serviços para veículos leves - tabela SINDIREPA/RJ	16%		

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 005/2019
Pregão Presencial nº 006/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual fornecimento de peças e manutenção dos veículos da Frota Municipal, pelo maior desconto por lote, em conformidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos.

Detentor da Ata: Tecmac Mecânica LTDA EPP, CNPJ/MF: 06.944.095/0001-88, situado à Rua Benjamin Constant, n.º 1015, Bairro Dois Vallos, Cordeiro/RJ, CEP: 28.540-000

Vigência da Ata: de 12 (doze) meses;

Data de Assinatura: 01/03/2019

Descontos registrados:

Valor Total: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais)

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCONTO UNITÁRIO	MEDIA DESCONTOS DAS PEÇAS (dp)	DESCONTO TOTAL dt= 0,6*dp + 0,4*ds
LOTE 2	Peças Mecânicas para Veículos utilitários	17%	17%	17%
	Peças elétricas para Veículos utilitários	17%		
	Peças fumiliana / lanternagem para Veículos utilitários	17%		
	Prestação de serviços para veículos utilitários - tabela SINDIREPA/RJ	17%		

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 006/2019
Pregão Presencial nº 006/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual fornecimento de peças e manutenção dos veículos da Frota Municipal, pelo maior desconto por lote, em conformidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos.

Detentor da Ata: Vitória Mundi Serviços e Comércio Ltda – ME, com sede na Rodovia RJ 160, s/n.º, Km 12, Sítio Rio Negro, Trevo da Aldeia, Cantagalo, CNPJ 06.057.149/0001-93.

Vigência da Ata: de 12 (doze) meses;

Data de Assinatura: 01/03/2019

Descontos registrados:

Valor Total: R\$ 191.000,00 (cento e noventa e um mil reais)

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCONTO UNITARIO	MEDIA DESCONTOS DAS PEÇAS (dp)	DESCONTO TOTAL dt= 0,6*dp + 0,4*dt
LOTE 4	Peças Mecânicas para Veículos Diesel	16%	16%	16%
	Peças elétricas para Veículos Diesel	16%		
	Peças funilaria/lantemagem para Veículos Diesel	16%		
	Prestação de serviços para Veículos Diesel - tabela SINDIREPA/RJ	16%		

PORTARIA Nº 077/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUELHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, RESOLVE:

NOMEAR o servidor **MOZARTECARD FILHO**, Auxiliar Administrativo I, matrícula 400141468, para a Função Gratificada de Chefe do Patrimônio – GFV, da Secretaria Municipal de Administração, Prefeitura Municipal de Cordeiro, com efeitos a contar de 01 de abril de 2019. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de março de 2019.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

DECRETO Nº 107/2018

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PENSÃO APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS MUNICIPAIS DE CORDEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2279/2018, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente do Instituto de Pensão Aposentadoria e Benefícios Municipais de Cordeiro o crédito suplementar no valor de **R\$ 491.050,00 (quatrocentos e noventa e um mil e cinqüenta reais)**, para reforço de dotações que se tornam insuficientes no exercício corrente.

Art. 2º - Os recursos para atender o art. 1º são decorrentes de anulação parcial de dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Cordeiro e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente conforme demonstrativo abaixo:

PROG. TRABALHO	NAT. DESPESA F. RECURSO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
Prefeitura Municipal de Cordeiro			
0008 / 0201.0412200022.002-3390.30.00-04		5.000,00	
0055 / 0401.0412300142.019-3390.30.00-04		400.000,00	
0058 / 0401.0412300142.019-3390.36.00-04		80.000,00	
Totais:		485.000,00	0,00
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente			
0004 / 1301.0824300762.103-3390.30.00-00		6.050,00	
Total:		6.050,00	
Instituto de Pensão, Aposentadoria e Benefícios de Cordeiro			
0004 / 1601.0927200632.113-3190.11.01-29			11.200,00
0007 / 1601.0927200632.113-3390.14.00-29			600,00
0008 / 1601.0927200632.113-3390.30.00-29			8.063,00
0012 / 1601.0927200632.209-3190.01.01-29			34.639,00
0017 / 1601.0927200632.210-3190.01.01-29			371.201,00
0018 / 1601.0927200632.210-3190.03.01-29			65.347,00
Totais:		0,00	491.050,00
Totais:		491.050,00	491.050,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de dezembro de 2018.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

Republicado por incorreção

TERMO DE SUSPENSÃO

Processo Licitatório nº 1900.146.2019
Concorrência Pública nº 001/2019

Objeto: CONCORRÊNCIA PÚBLICA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, INTERNAÇÕES CLÍNICAS E CIRÚRGICAS, ADULTO E PEDIÁTRICAS E, DE PRONTO ATENDIMENTO, URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, SALA DE ESTABILIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Considerando o Parecer emitido e exarado pela Procuradoria Municipal, no sentido de que os documentos e justificativa apresentados pela Secretaria de Saúde não suprem a necessária estimativa de preços praticados pelo mercado, acompanhada de planilha orçamentária suficiente a comprovar os valores que deverão balizar o julgamento da melhor proposta no presente certame, a CPL entende como não atendida a formação de preços. Tendo em vista a relevância e necessária celeridade demandadas pela secretaria solicitante, esta comissão realizou a publicação do competente ato convocatório, aguardando a juntada dos documentos informados no despacho assinado pela Ilustre Secretária, que não foi realizada no prazo previsto. Diante da inconsistência das informações que acompanharam o Termo de Referência, levando em consideração a instrução promovida pelo Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ, nos autos do processo nº 210.321-9/2018, a CPL resolve **SUSPENDER** a presente licitação para que o parecer da Procuradoria seja atendido, não se olvidando seja respeitado novo prazo integral de publicação nos moldes legais correspondentes à modalidade Concorrência Pública, devendo o novo aviso de edital ser publicado em Diários Oficiais Municipal, Estadual e da União, Jornal de grande circulação, Portal da Transparência da Prefeitura, e onde mais se fizer necessário por lei. Por fim, fica desconsiderada a data de abertura designada para o dia 25 de abril de 2019, devendo, oportunamente ser marcado novo dia e hora para o prosseguimento. Publique-se o presente TERMO para a ciência de todos os interessados.

Cordeiro, 28 de Março de 2019.

Kelly Silva Bonifácio
Presidente da CPL

Thulio Prata Soares
Membro da CPL

Heráclito Ortega Braga
Membro da CPL

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019

Nos termos do disposto na Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 e no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º, e os pressupostos do artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFI- CO os procedimentos realizados pela Comissão Especial para Compra de Alimentos da Agricultura Familiar (CECAAF), responsável pela condução dos processos da Chamada Pública nº 001/2019, cujo objeto é a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar ou suas organizações, destinados à Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, consoante a documentação acostada aos autos do Processo 898/2018. RATIFICADA a DISPENSA DE LICITAÇÃO, autorizo a despesa e emissão de empenho, em favor dos agricultores familiares que tiveram seus Projetos de Vendas selecionados na Chamada Pública nº 001/2018, conforme abaixo:

L ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DA LOCALIDADE GAVETINHA, situado no Sítio Estrada Municipal Cachoeira Alta, s/nº, Sítio São Geraldo, Zona Rural em Duas Barras/RJ, CNPJ sob nº 21.934.438/0001-17, no valor total de R\$ 16.839,68 (dezesseis mil e oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos);

I. CLAUDINEI MARINS DE ALENCAR, CPF 096.509.097-37, situado no Sítio Chaves de Sant' Anna, Estrada CordeiroxMonnerat, Duas Barras, no valor total de R\$ 11.440,78 (onze mil e quatrocentos e quarenta reais e setenta e oito centavos).

II. ELDO HERMSDORFF RODRIGUES, situado no Sítio Vale do Ipê, Zona Rural, Cordeiro – RJ, CPF n.º 354.881.077-20, no valor total de R\$ 12.202,84 (doze mil e duzentos e dois reais e oitenta e quatro centavos);

III. EROMILTO CHERMOUT, situado no Sítio Santo Antonio do Rio Negro, Cantagalo – RJ, CPF n.º 775.023.377-68, no valor total de R\$ 4.641,40 (quatro mil e seiscentos e quarenta e um reais e quarenta centavos).

IV. IGO MACHADO DO VALES, CPF 151.674.997-98, situado no Sítio Cascata, nº225 Bairro Dona Mariana, Sumidouro/RJ, no valor total de R\$ 4.641,40 (quatro mil e seiscentos e quarenta e um reais e quarenta centavos).

V. INÁCIO SOUZA, CPF 108.450.587-89, situado no Sítio Vista Alegre, s/nº - bairro Monnerat, Duas Barras/RJ, no valor total de R\$ 6.965,77 (seis mil e novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

VI. RONALDO JORGE DE MEDEIROS, CPF 982.642.657-15, situado no Sítio Retiro, Estrada RJ 146 e Estrada Para Silveira, s/n – São José Do Ribeirão, Bom Jardim/RJ, no valor total de R\$ 9.077,67 (nove mil e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

Cordeiro, 11 de março de 2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO
RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

Conforme estabelece o art. 22 da Resolução CD/FNDE nº 38, de 16.7.09, os fornecedores dos alimentos escolares serão agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP física e/ou jurídica, conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24.7.06, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, organizados em grupos formais e/ou informais.

No processo de habilitação, deverá ser apresentada à entidade executora, por parte dos grupos informais de agricultores familiares, a documentação fixada no § 2º (DAP de cada agricultor participante, CPF, projeto de venda e prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso). E no caso dos grupos formais da agricultura familiar e de empreendedores familiares rurais constituídos em cooperativas e associações, deverão ser apresentados os documentos arrolados no § 3º (DAP jurídica, CNPJ, cópia de certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e dívidas ativas da União, cópia do Estatuto, projeto de venda e prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso), ambos dispositivos constantes no art. 22 do regulamento.

Conforme estabelece o § 4º do art. 18 da resolução, “na análise das propostas e na aquisição, deverão ser priorizadas as propostas de grupos do Município. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade”.

Assim, conforme Ata de Abertura dos Projetos da Chamada Pública n.º 001/2019, realizada em 28 de fevereiro de 2019, a qual foi conduzida pela Comissão Especial para Compra de Alimentos da Agricultura Familiar (CECAAF), nomeada pela Portaria n.º 017/2019, restaram habilitados os seguintes fornecedores:

I. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DA LOCALIDADE GAVETINHA, CNPJ: 21.934.438/0001-17, situado no Sítio São Geraldo, Zona Rural em Duas Barras/RJ;

II. CLAUDINEI MARINS DE ALENCAR, CPF 096.509.097-37, situado no Sítio Chaves de Sant' Anna, Estrada CordeiroxMonnerat, Duas Barras/RJ;

III. ELDO HERMSDORFF RODRIGUES, situado no Sítio Vale do Ipê, Zona Rural, Cordeiro – RJ, CPF n.º 354.881.077-20;

IV. EROMILTO CHERMOUT, situado no Sítio Santo Antonio do Rio Negro, Cantagalo – RJ, CPF n.º 775.023.377-68;

V. IGO MACHADO DO VALES, CPF 151.674.997-98, situado no Sítio Cascata, nº225 Bairro Dona Mariana, Sumidouro/RJ;

VI. INÁCIO SOUZA, CPF 108.450.587-89, situado no Sítio Vista Alegre, s/nº - bairro Monnerat, Duas Barras/RJ;

VII. RONALDO JORGE DE MEDEIROS, CPF 982.642.657-15, situado no Sítio Retiro, Estrada RJ 146 e Estrada Para Silveira, s/n – São José Do Ribeirão, Bom Jardim/RJ;

Cordeiro, 11 de março de 2019

TELMA MACEDO PAIVA
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA N.º 002/2019

Nos termos do disposto na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com dispensa de licitação, conforme Art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e, ainda, o Art. 5º do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012 e a Resolução GGPAA nº 50, RATIFICO os procedimentos realizados pela Comissão Especial para Compra de Alimentos da Agricultura Familiar (CECAAF), responsável pela condução dos processos da Chamada Pública n.º 002/2019, cujo objeto é a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar ou suas organizações, destinados à Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, consoante a documentação acostada aos autos do Processo 897/2018.

RATIFICADA a DISPENSA DE LICITAÇÃO, autorizo a despesa e emissão de empenho, em favor dos agricultores familiares que tiveram seus Projetos de Vendas selecionados na Chamada Pública nº 002/2018, conforme abaixo:

I. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DA LOCALIDADE GAVETINHA, situado no Sítio Estrada Municipal Cachoeira Alta, s/nº, Sítio São Geraldo, Zona Rural em Duas Barras/RJ, CNPJ sob n.º 21.934.438/0001-17, no valor total de R\$ 21.061,35 (vinte e um mil e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos);

II. CLAUDINEI MARINS DE ALENCAR, CPF 096.509.097-37, situado no Sítio Chaves de Sant' Anna, Estrada CordeiroxMonnerat, Duas Barras, no valor total de R\$ 1.405,30 (mil e quatrocentos e cinco reais e trinta centavos).

III. ELDO HERMSDORFF RODRIGUES, situado no Sítio Vale do Ipê, Zona Rural, Cordeiro – RJ, CPF n.º 354.881.077-20, no valor total de R\$ 7.631,10 (sete mil e seiscentos e trinta e um reais e dez centavos);

IV. EROMILTO CHERMOUT, situado no Sítio Santo Antonio do Rio Negro, Cantagalo – RJ, CPF n.º 775.023.377-68, no valor total de R\$ 9.036,94 (nove mil e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos).

V. IGO MACHADO DO VALES, CPF 151.674.997-98, situado no Sítio Cascata, nº225 Bairro Dona Mariana, Sumidouro/RJ, no valor total de R\$ 10.864,34 (dez mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

VI. INÁCIO SOUZA, CPF 108.450.587-89, situado no Sítio Vista Alegre, s/nº - bairro Monnerat, Duas Barras/RJ, no valor total de R\$ 4.380,51 (quatro mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos).

VII. JAQUELINE DA SILVA MEDEIROS, CPF 148.396.037-40, situado no Sítio Vale das Pedras – Lug. Retiro Zona Rural, 32 – 3º Distrito – Banquete, Bom Jardim/RJ, no valor total de R\$ 4.088,12 (quatro mil e oitenta e oito reais e doze centavos).

VIII. RODRIGO DE SÁ TAVARES, situado no Sítio Vale do Ipê, Zona Rural, Cordeiro – RJ, CPF n.º 085.922.447-30, no valor total de R\$ 19.985,10 (dezenove mil e novecentos e oitenta e cinco reais e dez centavos);

IX. RONALDO JORGE DE MEDEIROS, CPF 982.642.657-15, situado no Sítio Retiro, Estrada RJ 146 e Estrada Para Silveira, s/n – São José Do Ribeirão, Bom Jardim/RJ, no valor total de R\$ 10.854,13 (dez mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e treze centavos).

Cordeiro, 11 de março de 2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO
RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

Conforme estabelece o art. 22 da Resolução CD/FNDE nº 38, de 16.7.09, os fornecedores dos alimentos escolares serão agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP física e/ou jurídica, conforme a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, e enquadrados na Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com dispensa de licitação, conforme Art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e, ainda, o Art. 5º do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012 e a Resolução GGPAA nº 50.

No processo de habilitação, deverá ser apresentada à entidade executora, por parte dos grupos informais de agricultores familiares, a documentação fixada no § 2º (DAP de cada agricultor participante, CPF, projeto de venda e prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso). E no caso dos grupos formais da agricultura familiar e de empreendedores familiares rurais constituídos em cooperativas e associações, deverão ser apresentados os documentos arrolados no § 3º (DAP jurídica, CNPJ, cópia de certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e dívidas ativas da União, cópia do Estatuto, projeto de venda e prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso), ambos dispositivos constantes no art. 22 do regulamento.

Conforme estabelece o § 4º do art. 18 da resolução, “na análise das propostas e na aquisição, deverão ser priorizadas as propostas de grupos do Município. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade”.

Assim, conforme Ata de Abertura dos Projetos da Chamada Pública n.º 002/2019, realizada em 28 de fevereiro de 2019, a qual foi conduzida pela Comissão Especial para Compra de Alimentos da Agricultura Familiar (CECAAF), nomeada pela Portaria n.º 017/2019, restaram habilitados os seguintes fornecedores:

I ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DA LOCALIDADE GAVETINHA, CNPJ: 21.934.438/0001-17, situado no Sítio São Geraldo, Zona Rural em Duas Barras/RJ;

II CLAUDINEI MARINS DE ALENCAR, CPF 096.509.097-37, situado no Sítio Chaves de Sant' Anna, Estrada CordeiroxMonnerat, Duas Barras/RJ;

III ELDO HERMSDORFF RODRIGUES, situado no Sítio Vale do Ipê, Zona Rural, Cordeiro – RJ, CPF n.º 354.881.077-20;

IV EROMILTO CHERMOUT, situado no Sítio Santo Antonio do Rio Negro, Cantagalo – RJ, CPF n.º 775.023.377-68;

V IGO MACHADO DO VALES, CPF 151.674.997-98, situado no Sítio Cascata, n.º225 Bairro Dona Mariana, Sumidouro/RJ;

VI INÁCIO SOUZA, CPF 108.450.587-89, situado no Sítio Vista Alegre, s/nº - bairro Monnerat, Duas Barras/RJ;

VII JAQUELINE DA SILVA MEDEIROS, CPF 148.396.037-40, situado no Sítio Vale das Pedras – Lug. Retiro Zona Rural, 32 – 3º Distrito – Banquete, Bom Jardim/RJ;

VIII RODRIGO DE SÁ TAVARES, situado no Sítio Vale do Ipê, Zona Rural, Cordeiro – RJ, CPF n.º 085.922.447-30;

IX RONALDO JORGE DE MEDEIROS, CPF 982.642.657-15, situado no Sítio Retiro, Estrada RJ 146 e Estrada Para Silveira, s/n – São José Do Ribeirão, Bom Jardim/RJ;

Cordeiro, 11 de março de 2019.

TELMA MACEDO PAIVA
Secretária Municipal de Educação

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CAE – MUNICÍPIO DE CORDEIRO**

CAPÍTULO I

DO CONSELHO

Art. 1º O Conselho de Alimentação Escolar – CAE, instituído no âmbito do município de Cordeiro-RJ, criado pela Lei Municipal no. 731 de 13 de março do ano de 1997 e suas alterações, é um órgão colegiado, permanente, de caráter fiscalizador, deliberativo e de assessoramento, de âmbito municipal, para atuar nas questões referentes à alimentação e merenda escolar.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 2º São atribuições do Conselho de Alimentação Escolar:

I – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar estabelecidas na forma do art. 2º da Lei no 11.947 de 16/06/2009 entre outras;

II – Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

III – Zelar pela qualidade dos alimentos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, em especial quanto às condições de higiene, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV – Receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa;

V – Encaminhar ao FNDE os pareceres conclusivos sobre o relatório anual de gestão, por meio do Sistema de Gestão de Conselho;

VI – Tomar conhecimento dos cardápios elaborados pelo setor de nutrição e zelar pelo seu cumprimento;

VI – Promover junto aos órgãos competentes, realização de campanhas sobre higiene e saneamento básico, bem como formação, no que diz respeito aos seus efeitos sobre alimentação;

VII – Acompanhar a execução do PNAE, mesmo quando a Entidade Executora optar por adquirir a alimentação escolar pronta, através da terceirização dos serviços;

VIII – Elaborar o regime interno de acordo com a legislação vigente, com a aprovação mínima de dois terços dos conselheiros titulares.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 3º O Conselho de Alimentação Escolar – CAE será constituído por 07 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, a saber:

I – um representante indicado pelo Poder Executivo;

II – dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos de representação, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata;

III – dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres, funcionários ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim. Registrada em ata; e

IV – dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia específica para tal fim, registrada em ata.

Parágrafo 1º - Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer um dos segmentos citados no referido inciso.

Parágrafo 2º - Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas da Entidade Executora, bem como de pessoas que mantenham qualquer tipo de vínculo com as prestadoras de serviço contratadas, seja profissional ou pessoal, para compor o Conselho de Alimentação Escolar.

CAPÍTULO IV

DAS SUBSTITUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 5º Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I – Mediante renúncia expressa do conselheiro e ou suplente;

II – Por deliberação do segmento representado, em iniciativa própria devidamente justificada e aprovada pelo CAE;

III – Pelo não comparecimento injustificado às reuniões do CAE, em três reuniões ordinárias e extraordinárias consecutivas ou em cinco alternadas;

IV – Pelo descumprimento das disposições previstas neste Regimento Interno.

Parágrafo Primeiro – Nas hipóteses previstas nos incisos deste artigo, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pela Entidade Executora.

Parágrafo Segundo – Nas situações previstas nos incisos deste artigo o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo de membro titular ou suplente, cumprido o previsto no parágrafo 1º deste artigo e inciso II do art. 4º deste regimento.

Parágrafo Terceiro – No caso de substituição de conselheiro do CAE, na forma deste artigo, o período do seu mandato será para completar o tempo restante do mandato vigente;

Parágrafo Quarto – No caso de substituição de conselheiro titular do CAE, automaticamente assumirá o seu respectivo suplente;

Parágrafo Quinto – No caso de substituição de conselheiro suplente do CAE, assumirá essa suplência membro indicado pelo segmento por meio de nova assembléia.

CAPÍTULO VI

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 6º O CAE terá uma Diretoria Executiva, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Geral, conforme determinações especificadas neste Regimento Interno:

I – O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos entre os membros titulares, nos termos do Capítulo VII;

II – O Secretário Geral poderá ser indicado entre os membros do Conselho mediante consenso quanto ao conselheiro que executará a função;

IV – Cabe ao órgão responsável pela operacionalização das atividades inerentes ao Programa Municipal de Alimentação Escolar disponibilizar um servidor que executará funções de apoio administrativo e de infra-estrutura ao CAE.

CAPÍTULO VII

DA ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE E

VICE

Art. 7º Para eleição do Presidente Vice-Presidente do CAE, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – o CAE terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares, por maioria absoluta dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos uma única vez.

II – a escolha do Presidente e do Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes previstos nos incisos II, III e IV, do art. 3º.

CAPÍTULO VIII

E DO VICE-PRESIDENTE DO CAE

Art. 8º Cabe ao Presidente do CAE:

I – Representar o CAE e presidir as sessões plenárias, coordenar os debates, tomar os votos e votar;

II – Emitir voto de qualidade, no caso de empate;

III – Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV – Participar da aprovação da ata, bem como assiná-la, na qualidade de presidente;

V – Requisitar das instituições que participam da gestão dos recursos destinados aos programas de alimentação escolar, as informações necessárias ao acompanhamento das ações no Município;

VI – Solicitar estudos ou pareceres sobre assuntos de interesse do CAE;

VII – Expedir todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições, na execução das deliberações do CAE;

VIII – Conceder vista de matérias aos membros do CAE, quando solicitadas;

IX – Supervisionar as atividades exercidas pelo servidor indicado para executar as atividades de Apoio Administrativo ao CONSELHO;

X – Comunicar aos segmentos representados no Conselho para que procedam a substituição dos membros quando necessário;

XI – Cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;

XII – Assinar o parecer conclusivo da prestação de contas do PNAE.

Art. 9º Cabe ao Vice-Presidente do CAE:

I – Auxiliar o Presidente nas atividades que lhe forem atribuídas sempre que necessário de forma parcial ou integral, conforme o caso;

II – Substituir o Presidente quando o mesmo não puder exercer as funções inerentes ao cargo.

CAPÍTULO IX

DA SECRETARIA GERAL

Art. 10 A Secretaria Geral, unidade de apoio ao CONSELHO, será exercida por conselheiro, nos termos do inciso II do art. 7º, sendo responsável pela sistematização das informações, facilitando ao CAE o estabelecimento de normas, diretrizes e programas de trabalho.

Art. 11 – Compete ao Secretário Geral do Conselho:

I – Preparar as pautas, redigir as atas e secretariar as reuniões do Conselho;

II – Minutar as resoluções concernentes aos assuntos relatados em sessão;

III – Agendar as reuniões do CAE, expedir ato de convocação para reunião ordinária e extraordinária, por determinação do Presidente do Conselho e encaminhar a seus membros os documentos necessários;

III – Coordenar, supervisionar e controlar as atividades pertinentes à Secretaria Administrativa;

IV – Assessorar o Presidente do CAE nos assuntos pertinentes à sua competência;

V – Encaminhar aos membros cópias das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE, bem como ler a ata na reunião seguinte para aprovação pelos conselheiros;

VI – Protocolizar documentos dirigidos ao CAE;

VII – Executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CAE.

CAPÍTULO X

DOS MEMBROS

Art. 12 – Cabe aos membros do CONSELHO:

I – Participar das reuniões debatendo e votando as matérias em exame;

II – Examinar, aprovar na reunião seguinte as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;

III – Denunciar aos órgãos competentes o descumprimento da legislação vigente que rege o PNAE;

IV – Encaminhar à plenária do Conselho, quaisquer matérias em forma de proposta, que tenham interesse de submeter ao CAE;

V – Indicar assessoramento técnico-profissional de suas respectivas áreas ao Conselho e a grupos constituídos, para tratar de assuntos específicos delegados às instituições que representam;

VI – Fazer visitas de inspeção nas cozinhas das escolas e apresentar relatórios à Plenária do CAE, para encaminhamentos deliberados;

VII – Desempenhar as funções para as quais forem deliberados;

VIII – Elaborar anualmente o plano de ação.

CAPÍTULO XI

DAS REUNIÕES

Art. 13 – O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á:

I – Ordinariamente, uma vez ao mês, por convocação de seu Presidente, com antecedência mínima de dois dias, por ofício ou e-mail ou telefone, haja vista haver calendário prévio com o agendamento das reuniões que ocorrerão no ano, com data e hora;

a) Caso a reunião ordinária não seja convocada pelo Presidente, cabe ao Vice-Presidente fazê-lo, desde que transcorridos quinze dias do prazo previsto neste inciso;

b) As reuniões ordinárias e extraordinárias serão deliberativas em primeira convocação quando instaladas e iniciadas com a presença da metade mais de seus membros, iniciadas com tolerância de 15 (quinze) minutos em primeira convocação;

c) As reuniões ordinárias e extraordinárias serão deliberativas em segunda convocação, cinco minutos após a primeira convocação com qualquer número de seus membros;

d) As reuniões deverão ter início com a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;

e) Este Conselho não se reunirá ordinariamente no período de recesso escolar do mês de julho e durante as férias escolares do mês de Janeiro;

II – As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas a qualquer tempo, por convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros:

a) Para a convocação de que trata este inciso, é imprescindível a apresentação de comunicação à Secretaria Geral, acompanhado de justificativa;

b) Caberá à Secretaria Geral a adoção de providências necessárias à convocação de Reunião Extraordinária, que se realizará no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do ato de convocação.

Art. 14 – As deliberações do CAE serão tomadas por maioria simples de votos, com *quorum* mínimo de metade mais um de seus membros, em primeira convocação, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

I – As decisões normativas terão a forma de Resolução, numeradas de forma sequencial e publicadas no órgão oficial do Município;

II – Será obrigatória a confecção de atas de reuniões, devendo as mesmas serem arquivadas na Secretaria Geral, para efeito de consulta.

Art. 15 – Quanto aos votos e deliberações realizadas no CAE, terão direito a voto, exclusivamente, os seus membros titulares cabendo aos suplentes tão somente direito a voz; exceto estejando suprimindo ausência do titular.

Art. 16 – As reuniões do Conselho serão públicas e estarão abertas à participação de outras pessoas desde que anunciadas previamente por escrito à Presidência no prazo de 48 (quarenta e oito horas) de antecedência, com direito a voz mediante inscrição de fala, mas não a voto.

Art. 17 – Quando o conselheiro deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, será notificada a entidade representada para que apresente nova indicação de seus representantes no prazo máximo de trinta dias.

Parágrafo Primeiro – Para efeito deste artigo, é considerada falta à reunião ou o atraso superior a quinze minutos, contados a partir do início da reunião, seja em primeira ou segunda convocação.

Parágrafo Segundo – Em caso de falta, poderá o membro titular apresentar justificativa, por escrito, no prazo de quarenta e oito horas ao Presidente que decidirá em plenária na próxima reunião ordinária.

CAPÍTULO XII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 18 – O CAE realizará reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação da maioria absoluta dos conselheiros titulares.

Art. 19 – A prestação de contas consiste na comprovação da execução da totalidade dos recursos recebidos em cada exercício pela Entidade Executora inclusive por transferência de rede, acrescida dos saldos reprogramados de exercícios anteriores e dos rendimentos de aplicação financeira auferidos.

Art. 20 – A Entidade Executora elaborará e remeterá ao CAE, até 15 de fevereiro do exercício subsequente ao do repasse, a prestação de contas constituída dos seguintes documentos:

I – Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira;

II – Relatório Anual de Gestão do PNAE;

III – Extratos bancários da conta corrente específica em que os recursos foram depositados e das aplicações financeiras realizadas; e

IV – Conciliação bancária se for o caso.

Parágrafo Primeiro – Além da documentação relacionada nos incisos I a IV deste artigo, o CAE poderá solicitar à Entidade Executora outros documentos que julgar necessário para subsidiar a análise da prestação de contas.

Parágrafo Segundo – Depois de apreciada a prestação de contas deverá ser registrado o resultado da análise em ata;

V – Ao emitir o parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do Programa, O Conselho deverá seguir o Roteiro para a Elaboração de acordo com o Anexo III da Resolução norteadora do programa.

Parágrafo Terceiro – A não apresentação da prestação de contas, pela Entidade Executora ao CAE, até a data prevista no *caput* deste artigo, ou a constatação de irregularidade por ocasião da sua análise, faculta ao CAE adotar providências no âmbito da Entidade Executora para regularização da situação.

CAPÍTULO XIII

DOS SERVIÇOS

ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO E

DA INFRAESTRUTURA

Art. 21 – É responsabilidade obrigatória do Município, através da Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Cordeiro garantir ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infra-estrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

a) Local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;

b) Disponibilidade de equipamento de informática;

c) Transporte para deslocamento dos seus membros aos locais relativos ao exercício das atividades inerentes ao Conselho;

d) Disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, com vistas a desenvolver as suas atividades com competência e efetividade;

e) Realizar, em parceria com o FNDE, a formação dos conselheiros sobre a Execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este Programa;

f) Divulgar as atividades do CAE por meio de comunicação oficial da Entidade Executora.

Parágrafo único – Compete ao órgão gestor fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as suas etapas, tais como: editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessário ao desempenho das atividades de sua competência.

CAPÍTULO XIV

DA DENÚNCIA

Art. 22 – Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá apresentar denúncia ao CAE, quanto às irregularidades identificadas na aplicação dos recursos do PNAE, contendo, necessariamente:

I – a identificação do órgão da Administração Pública e do responsável por sua prática, bem como a data do ocorrido;

II – a exposição sumária do ato ou fato censurável, que possibilite sua perfeita determinação;

Parágrafo Primeiro – Quando a denúncia for apresentada por pessoa física, deverão ser fornecidos, além dos elementos referidos nos incisos I e II deste artigo, o nome legível, com cópia do documento oficial de identificação com foto e o comprovante de endereço para encaminhamento das providências tomadas.

Parágrafo Segundo – Quando o denunciante for pessoa jurídica (partido político, associação civil, entidade sindical, entre outros), deverá ser encaminhada cópia de documento que ateste sua constituição jurídica e regular e fornecido, além dos elementos referidos nos incisos I e II deste artigo, o documento de identificação oficial com foto do denunciante e do representante legal e ainda o comprovante de endereço da pessoa jurídica, do denunciante e do representante legal da entidade, para encaminhamento das providências tomadas.

Parágrafo Terceiro – Quando a denúncia for apresentada ao CAE deverá ser obrigatoriamente, acompanhada de relatório conclusivo de acompanhamento da execução do PNAE, relativo ao período da constatação, o qual deverá ser assinado pelos membros titulares.

Parágrafo Quarto – Quando a denúncia for apresentada por um dos membros do CAE, deverá se fazer instruída de documento de identificação oficial com foto e comprovante de endereço para encaminhamento das providências adotadas.

Parágrafo Quinto – Ficará assegurado sigilo quanto aos dados do denunciante, quando solicitado.

Parágrafo Sexto – As denúncias analisadas e encaminhadas aos órgãos competentes para que sejam adotadas as medidas legais necessárias.

CAPÍTULO XV

DA DESTITUIÇÃO DOS

MEMBROS DO CONSELHO

Art. 23 – Mediante a apresentação de fato relevante instaurar-se-á procedimento administrativo interno do CAE, objetivando apurar os fatos. A destituição do Presidente, do Vice-Presidente e dos membros titulares, dar-se-á por maioria simples de votos, com *quorum* mínimo de metade mais um de seus membros.

Parágrafo Primeiro – Considera-se fato relevante:

I – Deixar de cumprir, ou omitir-se com relação às atribuições previstas neste regimento interno e da Resolução no 26/2013/FNDE ou que venha a supri-la;

II – No caso de destituição do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência imediatamente e deverá promover novas eleições no prazo de até 30 (trinta) dias para escolha de Presidente e Vice-Presidente. Na hipótese de ser destituído o Vice-Presidente, deverá ocorrer nova eleição para essa função.

Parágrafo Terceiro – Havendo destituição do Presidente e do Vice-Presidente concomitantemente, o Conselho deverá indicar Presidente-Interino com o máximo de 30 (trinta) dias, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o qual, após devidamente nomeado, convocará e dirigirá eleições para Presidente e Vice-Presidente, a se concluir no prazo aqui tratado, sendo vedada prorrogação de prazo.

CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 – As deliberações do CAE com relação a alterações deste Regimento Interno deverão contar com a aprovação de, no mínimo, dois terços de seus integrantes.

Art. 25 – Os casos omissos e as dúvidas levantadas quanto à aplicação deste Regimento aplicar-se-ão subsidiariamente à Resolução: 26, de junho de 2013 do FNDE ou a que venha substituí-la.

Art. 26 – Os recursos necessários para custear as atividades do CAE como pesquisas, qualificação de recursos humanos e assessoramento técnico serão oriundos da Entidade Executora.

Art. 27 – O presente Regimento Interno entrará em vigor após sua homologação, através de decreto, pelo chefe do Poder Executivo e publicação no Diário Oficial do Município de Cordeiro.

Cordeiro, 12 de Dezembro de 2018.

Vinicius Melo de Macedo

Presidente do CAE – Cordeiro/RJ
